

EDITAL Nº 1/2022 - XXIV JORNADA JURÍDICA

ABERTURA PARA SUBMISSÃO DE RESUMOS, PÔSTERES E ARTIGOS CIENTÍFICOS

A Comissão Científica da **XXIV JORNADA JURÍDICA** do Centro Universitário FIBRA, em parceria com a Liga Acadêmica dos Estudantes de Direito - **LAED**, convida alunos de graduação e de pós-graduação, egressos da Fibra, pesquisadores e o público em geral, para submeterem Resumos, Poster e/ou Artigos para o Evento, que será realizado nos dias 19 e 20 de outubro de 2022 na FIBRA.

1. DO EVENTO

Nos dias 19 e 20 de outubro de 2022 será realizada a XXIV Jornada Jurídica do curso de Direito da Fibra, com o tema “**O indispensável trabalho do advogado perante a Justiça: o enfrentamento à injustiça social**”.

2. DO CRONOGRAMA

2.1 Período de submissão dos trabalhos (Resumos, Poster e/ou Artigos): 12 de setembro a 7 de outubro de 2022, por meio de link que será divulgado no EDITAL Nº 2/2022 - XXIV JORNADA JURÍDICA.

2.1 Divulgação dos aprovados: 14.10.2022

2.2 A exposição e apresentação oral dos trabalhos selecionados ocorrerá nos dias 19 e 20 de outubro, nos turnos matutino e vespertino. A distribuição dos horários das apresentações dos trabalhos será disponibilizada com a divulgação dos aprovados.

3. DA SUBMISSÃO DOS TRABALHOS

3.1 Podem ser submetidos trabalhos científicos desenvolvidos por acadêmicos ou profissionais das áreas de Direito e áreas afins com a temática do evento, em uma das seguintes modalidades:

- a. Resumo;
- b. Pôster; e/ou
- c. Artigos

3.2 Cada autor principal poderá enviar no máximo um trabalho por modalidade, sendo que as propostas **não precisam ser inéditas**.

3.3. A participação em mais de um Grupo de Trabalho - GT só será possível na condição de coautoria (esta regra não se aplica aos docentes). O limite de coautores(as) de um trabalho é de três pessoas.

3.4 A Comissão Científica (ANEXO II) considerará o envio dos trabalhos como participação voluntária e gratuita dos autores e co-autores, com a consequente

autorização para publicação dos trabalhos aprovados.

3.5 Após analisado, cada trabalho poderá ser aceito ou não, cujo resultado será enviado para o e-mail do autor que o submeteu. O trabalho recusado não poderá ser alterado para reavaliação.

3.6 Antes de submeter o trabalho à comissão científica da XXIV Jornada Jurídica é obrigatório que os autores façam revisão gramatical, ortográfica, de digitação e de conteúdo em todos os dados do trabalho (incluindo nomes dos autores, título, etc.). Após a submissão não será permitido corrigir ou substituir quaisquer dados.

4 DO RESUMO

4.1 O Resumo será avaliado com a atribuição dos conceitos: **Aprovado** ou **Não Recomendado**.

4.2 Somente os autores poderão apresentar o Resumo, separadamente ou em conjunto, em até 10 (dez) minutos.

4.4 Os Resumos serão avaliados pelos critérios abaixo, sendo atribuída uma nota de 0 a 2,5 para cada um, totalizando nota máxima de 10 pontos:

- a) objetivos claros;
- b) relevância dos resultados;
- c) adequação da conclusão;
- d) originalidade.

4.5 Para exposição e apresentação oral no dia definido, o Resumo selecionado deverá obedecer às seguintes **orientações para a sua produção**:

a) **Formato**: papel tamanho A4, fonte Arial, tamanho 12 (títulos e afiliações institucionais incluídas), espaçamento simples, margem direita e superior de 3 cm, inferior e esquerda de 2 cm, corpo do resumo justificado, sem parágrafos, fórmulas, tabelas, gráficos, imagens ou referências.

- **Título**: Conciso e informativo. Caixa alta, sem abreviações, negrito e centralizado.
- **Subtítulo, caso exista**: sem negrito.
- **Autores**: Justificados a direita com números sobescritos que indicarão, em rodapé, a filiação institucional.
- **Resumo**: Introdução, objetivos, metodologia, resultados e conclusão.
- **Palavras-chave**: 3 a 5.

b) **Conteúdo**: conter entre 300 a 500 caracteres, incluindo títulos e espaço, autoria e referências.

Deve pular uma linha entre o título, os autores e o texto do resumo.

O primeiro autor deve ser identificado com um e-mail para correspondência.

Fornecer a filiação dos coautores na mesma sequência enumerada.

4.6 O autor principal receberá por e-mail a notificação de aceitação do trabalho submetido, bem como instruções para apresentação oral.

4.7 Os Coordenadores de cada GT avaliarão os resumos submetidos ao seu respectivo Grupo, decidindo pela aprovação ou não.

4.8 Caso um GT seja cancelado por não atingir um número mínimo de submissões, a critério da Comissão Científica, os resumos poderão ser redirecionados para outro GT ou reprovados.

4.9 A lista dos resumos selecionados para apresentação será divulgada pela Comissão Científica no dia 14 de outubro de 2022, no site institucional com a chamada XXIV Jornada Jurídica.

5 DOS PÔSTERES

5.1 Entende-se por pôster como sendo recurso visual a partir do qual o pesquisador apresenta uma síntese das informações mais relevantes da pesquisa realizada ou em andamento.

5.2 O Pôster selecionado para exposição e apresentação oral deverá obedecer às seguintes orientações para produção:

- **Formato:** 1,10m de altura x 90cm de largura (posição vertical), em materiais disponíveis especialmente para esse fim (papel, papelão, vinil). Deverá ter um cordão na parte superior para que possa ficar pendurado em biombos ou varais.

- **Conteúdo:**

Título em destaque (maiúsculas);

Nome do(s) autor(es);

Local onde foi ou está sendo realizada a pesquisa;

Linha de pesquisa;

No corpo do pôster:

a) Introdução;

b) Problema de pesquisa;

c) Objetivo;

d) Método;

e) Resultados alcançados;

f) Referências utilizadas.

5.3 Os pôsteres deverão ser submetidos no link que será divulgado posteriormente, no formato em PDF, com o preenchimento de todos os dados de identificação:

a) Escolha da linha de pesquisa relacionada ao resumo submetido - ANEXO I

b) Título do pôster;

c) Texto do pôster com o máximo de 1000 palavras, excluindo-se as identificações e

referências;

d) Inclusão de três palavras chave;

e) Referências citadas no texto de acordo com as normas da ABNT.

5.4 Trabalhos que não atendam às especificações constantes neste edital serão automaticamente desclassificados.

5.5 Após a submissão do pôster, não será admitida a substituição, correção, alteração do conteúdo ou de qualquer natureza.

5.6 Serão admitidos pôsteres com no máximo 02 (dois) autores, salvos os casos de autor na qualidade de Orientador do trabalho, onde será admitida a inclusão de um 3º (terceiro) autor. Cada autor poderá constar em mais de um pôster.

5.7 A submissão do pôster não está condicionada à submissão de resumo, bastando, para tanto, nesta fase, o envio da arte com o conteúdo, conforme ANEXO I desta chamada.

5.8 Somente os autores poderão apresentar o pôster, separadamente ou em conjunto, em até 5 (cinco) minutos.

5.9 A confecção, transporte, exposição, apresentação e retirada do pôster será de inteira responsabilidade do(s) autor(es), cabendo a este(s), a fixação e sua retirada no respectivo dia previsto para o seu bloco de apresentação.

5.10 Os (as) Coordenadores (as) de cada GT avaliarão os Posterres submetidos ao seu respectivo Grupo, decidindo pela aprovação, reprovação ou mudança de modalidade de apresentação, se for o caso.

5.11 Os critérios de avaliação estão definidos abaixo. Para cada um dos critérios de avaliação serão atribuídas notas de 0 a 1 ponto, as quais gerarão uma média geral, que será utilizada para classificação e consequente seleção:

a) O título do pôster corresponde ao conteúdo desenvolvido?

b) A temática abordada está de acordo com a linha de pesquisa na qual o pôster foi inscrito?

c) O resumo está apresentado de forma estruturada?

d) O resumo contempla todos os itens obrigatórios previstos no Anexo I?

e) A introdução estabelece uma contextualização da temática e apresenta o problema de pesquisa?

f) O problema de pesquisa é coerente com os objetivos propostos?

g) O método utilizado é adequado ao desenvolvimento da pesquisa?

- h) Os resultados alcançados são apresentados de maneira clara, contribuindo com o avanço da ciência junto à temática?
- i) O resumo, bem como as referências utilizadas estão de acordo com as normas da ABNT?
- j) As referências são atualizadas e contemplam a literatura acerca da temática?

5.12 Os critérios da avaliação presencial serão:

- a) Originalidade e relevância do trabalho;
- b) Contribuições para o campo de pesquisa;
- c) Qualidade da redação;
- d) Profundidade da pesquisa;
- e) Metodologia utilizada;
- f) Relevância dos resultados apresentados e das referências utilizadas;
- g) Correspondência do conteúdo apresentado com a linha de pesquisa selecionada, conforme ANEXO III;
- h) Apresentação visual do trabalho;
- i) Apresentação oral (domínio do conteúdo e clareza na apresentação);
- j) Respeito ao tempo de apresentação (5 minutos).

6 DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS

6.1 O artigo será avaliado com a atribuição dos conceitos: Aprovado ou Não Recomendado.

6.2 Somente os autores poderão apresentar o artigo, separadamente ou em conjunto, e eles terão até 15 (dez) minutos para fazê-lo.

6.3 Os artigos deverão apresentar resultados de trabalho, experiências, pesquisas e projetos, seguindo-se em sua avaliação, os seguintes **critérios** (cada critério terá uma pontuação variando de 0 a 1 ponto):

- a) Relevância e Originalidade;
- b) Clareza e pertinência dos objetivos;
- c) Coerência metodológica;
- d) Delineamento da pesquisa adequada aos objetivos;
- e) Adequação à modalidade escrita acadêmica;
- f) Descrição dos métodos/procedimentos e amostra da pesquisa;
- g) Descrição clara do tipo de análise utilizada (descritiva ou analítica), adequadas ao delineamento do estudo;
- h) Definição clara dos resultados e variáveis do estudo;

- i) Importância para o avanço do conhecimento;
- j) Impactos dos resultados

6.4 Quanto a **exposição, apresentação oral e formatação** do artigo ao ser selecionado, deverá obedecer às seguintes **orientações**:

- a) Formato e normatização: papel tamanho A4, fonte Arial, tamanho 12. O espaçamento entrelinhas deve ser 1,5 e a margem de 3 cm a direita e superior e inferior e esquerda 2 cm. Deverá conter de 10 a 15 laudas.
- b) Conteúdo: os trabalhos deverão conter título em maiúscula com negrito e em caso de subtítulo, após os dois pontos deverá a primeira letra iniciar com maiúscula, além de serem precedidos por um breve resumo (10 linhas no máximo) e palavras-chave (de 3 a 5 palavras).

No **corpo do artigo** deverá conter, além do exposto acima:

- a) Introdução;
- b) Fundamentação teórica;
- c) Metodologia;
- d) Análise e discussão dos resultados; e,
- e) Referências utilizadas, com base Norma Brasileira NBR6023/2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As citações de textos de outros autores deverão ser feitas de acordo com NBR 10520:2002

6.5 Após a submissão do artigo, não será possível substituir, corrigir e/ou alterar o conteúdo de qualquer natureza.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 É de inteira responsabilidade do proponente acompanhar todas as publicações e demais trâmites deste processo seletivo.

6.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Direito, ouvida a LAED.

Belém/PA, 05 de setembro de 2022.

José Messias Gomes de Melo
Coordenador do Curso de Direito

ANEXO I

Conteúdo a ser desenvolvido no pôster

TÍTULO DO TRABALHO

AUTORES INSTITUIÇÃO LOCAL

LINHA DE PESQUISA

FONTES FINANCIADORAS (se houver)

INTRODUÇÃO: Deverá conter uma contextualização acerca do tema de pesquisa visando introduzir o conteúdo a ser abordado.

PROBLEMA DE PESQUISA: Caracterizar o objeto de discussão, a questão não respondida a ser investigada. Introduz à justificativa ao objetivo do trabalho.

OBJETIVO: Responder à que se propõe o trabalho em questão.

MÉTODO: Quais são as estratégias e metodologias a serem adotadas para alcançar tais objetivos.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Apresentar a contribuição da pesquisa, com resultados frente aos objetivos dela.

REFERÊNCIAS: Listar as referências citadas no texto de acordo com as normas da ABNT.

ANEXO II - Linhas de Pesquisa/Comissão Científica

ÁREA	LINHA DE PESQUISA	PROFESSORES ORIENTADORES
Ambiental, Agrário e Urbanístico	Direito ambiental, socioambientalismo, agrário e agroambiental	Adriana, Elden, Natália
	Direito urbanístico, cidade e alteridade	
	Direito e sustentabilidade	
Civil e Digital	Direito civil contemporâneo	Ana, Ariolino, Christine, Luiz Felipe, Medrado, Vicente
	Direito de família e das sucessões	
	Biodireito e direitos dos animais	
	Direito, governança e novas tecnologias	
	Direito, arte e literatura	
Constitucional e Administrativo	Constituição e democracia	Alisson, Camile, Elden, Helen, Pedro Odival
	Direito administrativo e gestão pública	
	Direitos e garantias fundamentais	
	Direitos humanos e efetividade: fundamentação e processos participativos	
	Direitos sociais e políticas públicas	
	Direitos e garantias fundamentais	
	Teoria Constitucional	
Empresarial, Consumidor, Previdenciário	Direito, globalização e responsabilidade nas relações de consumo	Camile, Elida, Helen, Renato
	Direito empresarial	
	Direito, inovação, propriedade intelectual e concorrência	
IED, Ética, Filosofia, Hermeneutica, Direitos Humanos	Teorias da democracia, direitos políticos e filosofia do estado	Adriana, Alisson, Elden, Paulo Rogerio
	Teorias da justiça, da decisão e da argumentação jurídica	
	Hermenêutica jurídica	
	Teorias do direito, da decisão e realismo jurídico	
Penal	Direito penal, processo penal e constituição	Guilherme, Henrique, Paulo Rogério, Rafael de Luca, Robson, Romulo, Shelley,
	Criminologias e política criminal	
Processo Civil	Processo Civil	Guilherme, Marcia, Marcio
	Processo, jurisdição e efetividade da justiça	
Sociologia, Antropologia, Economia	Formas consensuais de solução de conflitos	Adriana, Alisson, Paulo Rogério, Rinaldo
	Gênero, sexualidade e direito	
	Sociedade, conflito e movimentos sociais	
	Sociologia, antropologia e cultura jurídicas	
	Transformações na ordem social e econômica e regulação	
Trabalho e Processo do Trabalho	Direito do trabalho e meio ambiente do trabalho	Otávio, Luiz Renato, Nizomar
	Eficácia de direitos fundamentais nas relações do trabalho, sociais e empresariais	
Tributário, Financeiro	Direito tributário e financeiro	Andre, Jan, Samuel
	Direito internacional	
	Direito internacional dos direitos humanos	

ANEXO III

Ementas das Linhas de Pesquisa

BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS - Refletir sobre: Bioética, biodireito e biossegurança. Direitos humanos e bioética. Conceito de vida: fundamentos legais e biológicos. Estudo crítico reflexivo dos direitos humanos fundamentais à vida e à saúde e suas repercussões sócio-jurídicas. Aspectos legais da Bioética. O paciente face à bioética e ao biodireito: Direitos e vulnerabilidade. Direito à imagem. Implantes e transplantes. Tanatologia, Eutanásia e Pena de Morte. Transexualismo. Comércio de tecidos e órgãos humanos. Engenharia Genética e o Direito. Clonagem de seres vivos. Venda de óvulos e doação temporária do útero. Reprodução assistida: Inseminação e fertilização artificial. Doação voluntária e compulsória de órgãos. Responsabilidade ética e legal dos profissionais da saúde e do Direito. Aspectos jurídicos e biológicos do planejamento familiar e limitação da natalidade. Limites éticos e jurídicos da intervenção em seres humanos. Direito dos animais. Novas formas de compreensão e proteção jurídica dos animais.

CONSTITUIÇÃO E DEMOCRACIA - Refletir sobre a Filosofia Política, Teoria Constitucional e Democracia; Instituições Jurídicas, Separação de Poderes e Processo Constitucional; História Constitucional e Historiografia. O significado do constitucionalismo democrático em uma sociedade complexa e plural; como se pensar e realizar a igualdade em um contexto de distintas concepções de bem e, portanto, debater concepções de justiça. Quais são e como funcionam os instrumentos jurídicos para a defesa de direitos constitucionais; quais são os efeitos sistêmicos das decisões tomadas pelas diversas instituições no contexto social diante dos dilemas das democracias; ou mesmo como canalizar as instituições para a promoção de mecanismos de inclusão social e construção da cidadania.

CRIMINOLOGIAS E POLÍTICA CRIMINAL - Refletir sobre: Criminologia e ciências penais: conexões entre epistemologia e demandas por ordem. Análises do poder punitivo, das relações de poder e da constituição do Estado. Criminologias tradicionais e criminologias críticas. As ideologias penais. Seletividade penal. Estudos criminais: modelos biológicos, sociológicos e psicológicos. O controle da violência e a violência do controle. Políticas criminais. Políticas penitenciárias. Novos modos e técnicas de monitoramento do infrator. Políticas públicas de segurança. Sistema penal e cidadania. Direito Penal e Direitos Humanos. Abolicionismo, descriminalização e redução de penas. Criminologia e psiquiatria. Direito Penal do Inimigo e seus críticos. Legitimidade do direito de punir. Prevenção de delinquência.

DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA - Refletir sobre os temas clássicos relacionados ao estudo destas temáticas sob abordagem crítica e reconstrutiva, que tenham por escopo revisar e problematizar as bases e teóricas e dogmáticas destes campos do saber jurídico e social, tais como: Princípios da Administração Pública. Ato e processo administrativo. Organização Administrativa. Agentes Públicos. Contratação pública. Serviços públicos. Bens públicos. Interferência do estado na propriedade privada. Patrimônio e domínio público. Improbidade, moralidade administrativa e corrupção. Discricionariedade. Controle da Administração Pública. Administração Pública e Globalização. Gestão pública, entre outros.

DIREITO AGRÁRIO E AGROAMBIENTAL - Refletir sobre: Propriedade: base filosófica e legislação atual. Espacialidade, subjetividade e territorialidade modernas – configuração, relação e transformação. Direitos agrário e ambiental – nova epistemologia. Princípios constitucionais agrários. Tutela jurídica do ecoturismo no direito ambiental brasileiro. Agropecuária sustentável em face do direito ambiental brasileiro. As atividades agrárias como objeto do Direito Agrário. O imóvel rural e sua classificação. A função social do imóvel rural. A reforma agrária e os procedimentos expropriatórios. Latifúndio, criminalidade rural e consequências urbanas. Desenvolvimento e criminalidade agroambiental. Narcotráfico e a

questão agrária. Criminalidade agroambiental e o contexto internacional.

DIREITO AMBIENTAL E SOCIOAMBIENTALISMO - Refletir sobre: A proteção de bens e direitos socioambientais em sociedades sustentáveis para os presentes e as futuras gerações por meio do Direito, concebido como um importante instrumento de regulação social. O direito socioambiental baseia-se em um novo paradigma de desenvolvimento e democracia capaz não apenas de promover a sustentabilidade ambiental, mas também a sustentabilidade social, contribuindo para a redução da pobreza e das desigualdades ao promover valores como equidade e justiça social, bem como a superação dos limites do sistema jurídico proprietário e individualista. Os bens socioambientais são aqueles que adquirem essencialidade para a manutenção da vida em todas as suas formas (biodiversidade) e de todas as culturas humanas (sociodiversidade), tais como os direitos de coletividades (povos, culturas, minorias, grupos sociais) por vezes não valoráveis economicamente e não passíveis de apropriação individual, mas essenciais à preservação e à manutenção da vida (meio ambiente sadio, patrimônio cultural, conhecimentos tradicionais, entre outros).

DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO – Teoria Geral do Direito Civil. Parte Geral do Código Civil. Direito das obrigações. Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. Responsabilidade Civil. Direitos Reais. Direito Empresarial e o Código Civil. Novos Direitos e Direito Civil. Direito Autoral. Direito Civil e Direito Comparado. Direito Civil em Perspectiva Histórica. Codificação e Sistema. O Direito Civil na Constituição.

DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES – Refletir sobre: Famílias: autonomia privada e interferência estatal. Do Direito Pessoal: o núcleo intangível das famílias. Mediação, conciliação e demais instrumentos para a solução dos conflitos familiares. Do Direito Patrimonial: alimentos, regimes de bens, direito intertemporal, planejamento empresarial, familiar e sucessório. Tutela e Curatela. Sucessão legítima e Sucessão testamentária.

DIREITO DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO - Refletir sobre: Principais elementos que afetam o Direito Individual do trabalho na relação de trabalho e na relação de emprego; capitalismo, reestruturação produtiva, globalização, novas tecnologias, crise do Estado de Bem- Estar Social e reflexos no mundo do trabalho; Flexibilização, terceirização, precarização. Combate à discriminação, à exploração, ao trabalho escravo, tutela trabalhista das minorias, crise do direito do trabalho, o Direito à saúde e segurança no meio ambiente do trabalho, proteção legal do meio ambiente do trabalho e prevenção dos riscos, assédio moral nas relações de trabalho, inspeção do trabalho, acidentes do trabalho, responsabilidade e reparação dos danos causados à saúde do trabalhador e ao meio ambiente do trabalho.

DIREITO E SUSTENTABILIDADE - Refletir sobre: Pós-modernidade, globalização e universalização dos direitos humanos e sua repercussão na modificação fática e compreensiva das realidades social, econômica e jurídica. Imprescindibilidade de que tais realidades - agora tratadas como fenômeno único – recebam exame científico multidisciplinar, com a necessária revisitação conceitual e dinâmica de tradicionais institutos do Direito. Novo contexto que exige ampliação da noção de sustentabilidade para outros segmentos, além da questão ambiental sendo associada ao tripé: meio ambiente, transformação econômica e impactos sociais. Responsabilidade da empresa e funcionalização do direito. Justiça e Eficiência: a performance do Poder Judiciário e a crise do eficientismo.

DIREITO EMPRESARIAL - Refletir sobre: Dicotomia entre a autonomia privada e a interferência do Estado Democrático de Direito na criação. Interpretação e aplicação: da Teoria Geral do Direito Empresarial; do Direito Societário; do Direito Cambial e da regulação dos valores mobiliários no Mercado Financeiro; do Direito Negocial na atuação empresarial; do Direito Falimentar e da Recuperação de Empresas: a crise econômico-financeira e os instrumentos jurídicos de reestruturação empresarial. Fusões e aquisições. Empresa em crise. A corrupção e seus reflexos no Direito Empresarial (Compliance).

DIREITO INTERNACIONAL - Refletir sobre: Direito Internacional Público. Direito Internacional Privado. Direito Internacional do Comércio e Blocos Econômicos. Relações Internacionais e Direito. Aspectos Transnacionais e Transnormativos do Direito. Teoria do Direito Internacional. Cooperação Jurídica Internacional. América Latina entre a cooperação e a integração. Direito dos Tratados; aspectos da negociação e contração internacionais. Direito Internacional Processual. O Direito Internacional entre a fragmentação e o pluralismo jurídico. Tribunais Internacionais e sua jurisdição. Sujeitos e novos atores do Direito Internacional. Aspectos sobre os princípios e fontes do Direito Internacional em suas mais variadas ramificações. Direito Internacional do Meio Ambiente. Direito Penal Internacional e sua construção jurisprudencial. Direito comunitário e da integração do Mercosul. Análise jurisprudencial dos tribunais superiores em matéria de Direito Internacional.

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - Refletir sobre: Histórico dos Direitos Humanos e suas Dimensões. Processo de Internacionalização dos Direitos Humanos. Tratados e Convenções Internacionais. Sistema Global e Sistemas Regionais de Proteção aos Direitos Humanos. Sistema Interamericano: processo e jurisdição. A Dignidade Humana e os Direitos Humanos como processo. Universalismo e o Interculturalismo dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e Constituição. Eficácia e Violação dos Direitos Humanos. Instrumentos Judiciais e Não Judiciais de Defesa dos Direitos Humanos. Controle de Convencionalidade.

DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E CONSTITUIÇÃO - Refletir sobre: Sociedade de Riscos e Direito Penal e Processual Penal: tensos equilíbrios entre o Direito Penal Liberal e o Direito Penal Moderno; âmbitos de tutela nacionais e internacionais; estudos de casos; Princípios constitucionais do direito, do processo e da execução penal. Situações de Emergência e Estado Penal de Exceção: limites e possibilidades; estudos de casos; Condições e Possibilidades dos Bens Jurídicos Penais Coletivos e Difusos: fundamentos constitucionais e infraconstitucionais; aspectos de suas proteções; instrumentos e mecanismos dogmáticos; comportamento da casuística; estudos de casos; Legitimidade política e jurídica dos delitos de perigo abstrato e sua eficácia preventiva: estudos de casos; Imputação Objetiva e Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: aspectos positivos e negativos; comportamento da casuística; estudos de casos. Fundamentos constitucionais do poder punitivo. Princípios constitucionais do direito e do processo penal. Teoria constitucional do processo e da persecução penal. Execução da pena. O preso: direitos e deveres.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO - Refletir sobre: Atividade financeira do Estado. Princípios da Tributação. Tributação e isonomia: a questão da capacidade contributiva. Tributação e cidadania. O sistema tributário nacional. As tensões nas relações entre o fisco e os contribuintes. O Contencioso Administrativo Tributário. As renúncias tributárias e a LRF. Responsabilidade tributária e a execução fiscal. A evasão e o planejamento tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. As Imunidades Tributárias. Atividade financeira do Estado. Concepções e objeto do Direito Financeiro. Despesa pública. Receita pública. Patrimônio público e as receitas originárias. Execução de orçamento. Crédito e Dívida pública. Outros temas de Direito e finanças públicas não elencados e que tenham pertinência temática com os assuntos anteriormente tratados. O papel da Justiça Distributiva e da tributação.

DIREITO URBANÍSTICO, CIDADE E ALTERIDADE - Refletir sobre: Análise crítica do direito urbanístico, seus princípios, instrumentos e relações com as demais disciplinas jurídicas. Exame dos principais instrumentos da política urbana, tais como o Plano Diretor dos Municípios e o Estatuto da Cidade, tendo como viés a gestão participativa da cidade, a política urbana na Constituição de 1988 e os diversos movimentos de reforma urbana. Função socioambiental da propriedade e da cidade. Política urbana e regulação urbanística no Brasil. Direito fundamental à moradia adequada nas cidades. Cidade e alteridade: estudos acerca da efetivação do direito à cidade por meio do diálogo entre pesquisadores, cidadãos excluídos e

seus movimentos. Convivência multicultural: políticas de inclusão no espaço urbano. Cultura de rua, trabalho de rua e comunidades tradicionais. Efetivação de experiências de justiça urbana e empoderamento de camadas sociais marginalizadas. Mobilização e organização social, reassentamentos urbanos, impactos sociais de empreendimentos públicos e privados. Reconstrução dos espaços da cidade a partir do olhar do direito e das ciências sociais afins. Direito Urbanístico: princípios e diretrizes. Ordem Constitucional brasileira. Urbanização brasileira. Lei de Terras. Justiça social e direito à cidade. Direito à cidade e tutela urbanística do patrimônio histórico, cultural e paisagístico. Mercado e vulnerabilidades urbanas. Interpretação da norma urbanística.

DIREITO, ARTE E LITERATURA - Refletir sobre a relação entre Direito e Arte, e em especial explorar os seguintes temas: Conhecimento jurídico e interdisciplinaridade. Narrativas literárias, narrativas artísticas e o Direito. Representações da justiça nas artes e na literatura. Direito e cinema. Direito e literatura. Direito e artes plásticas.

DIREITO, GLOBALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO - Refletir sobre: Política Nacional e Internacional das Relações de Consumo. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos. Práticas comerciais. Proteção contratual. Tutela administrativa do Consumidor. Tutela penal do consumidor. Aspectos processuais da defesa do consumidor. Participação do cidadão e do consumidor nas relações de consumo. Demandas Sociais no Mercado de Consumo. Adaptação da Legislação de Consumo Vigente às novas Configurações do Mercado. Comércio Eletrônico, Superendividamento e outras peculiaridades dos Contratos de Consumo no Século XXI. Direito do Consumidor dentro das novas perspectivas do Direito Privado: teorias, conceitos, natureza jurídica e aspectos contratuais das relações de consumo. Análise dos aspectos históricos, doutrinários e jurisprudenciais que envolvem o Direito do Consumidor no Brasil e no mundo. Apreciação da questão contratual, da responsabilidade civil, da proteção da privacidade no espaço virtual e dos instrumentos para a defesa do consumidor em juízo.

DIREITO, GOVERNANÇA E NOVAS TECNOLOGIAS - Refletir sobre: Direito da informática. Informática jurídica. Internet e redes sociais. Sociedade informacional. Democracia e Tecnologia. Mundo do Trabalho na Sociedade Informacional. Governo Eletrônico. Governança. Segurança da Informação. Crimes de Informática. Inteligência artificial e sistemas especialistas legais.

DIREITO, INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E CONCORRÊNCIA - Refletir sobre: Interfaces entre Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência. Sistema Internacional de tutela da Propriedade Intelectual: OMPI e OMC. Propriedade Industrial. Proteção dos ativos intangíveis da empresa. Inovação e desenvolvimento tecnológico. Direito Autoral. Liberdade de expressão, direito de livre acesso à informação, à cultura e ao conhecimento. Direito de Autor e multimídia. Direito de Autor e compartilhamento de arquivos em Rede. Função social da propriedade intelectual. Os desafios do direito da propriedade intelectual face a Revolução da Tecnologia da informação e a busca do equilíbrio entre interesses públicos e privados. Propõe-se, ainda a interface entre as temáticas das novas tecnologias e da inovação sob o olhar do direito.

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS - Refletir sobre: Os mecanismos de proteção e defesa de direitos e garantias fundamentais, notadamente as elencadas na Constituição da República de 1988. Discutir sobre as garantias de o cidadão exigir dos agentes públicos a proteção de seus direitos. Analisar o reconhecimento/existência de meios processuais adequados para garantir a defesa de direitos. Visa, ainda, refletir sobre as disposições declaratórias de poder sobre determinados bens e pessoas; princípios e normas que declaram a existência de direitos e interesses; o poder de realizar algo previsto por princípios ou pelo ordenamento jurídico; as distinções teóricas e conceituais entre direitos e garantias fundamentais; globalização, direitos e garantias fundamentais. O Direito Privado na

Constituição.

DIREITOS HUMANOS E EFETIVIDADE: FUNDAMENTAÇÃO E PROCESSOS PARTICIPATIVOS – Discutir a efetividade dos direitos humanos sob os prismas das várias modalidades de participação fundamentada a conhecer no tratamento das situações de dissenso ou de antagonismo de interesse, as quais se compõem a partir da noção programática e vivencial de Estado Democrático de Direito, abrangendo não apenas o conhecimento dos procedimentos jurídicos formais, focados em contextos institucionalizados – legislação, administração, jurisdição –, como daqueles que se realizam mediante estratégias de composição de interesses em disputa (mediação, processos de negociação etc.), todos eles definidos na perspectiva individual e também naquela dos grupos e dos atores das cenas variadas que se impõem no cotidiano das cidades.

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS – Refletir sobre: Estudos conceituais e/ou relatos de experiências no contexto brasileiro e/ ou internacional, que focalizem a concretização de direitos, mediante políticas públicas, com alicerces na Constituição da República e em documentos internacionais. Estudos de programas, projetos e atividades governamentais e suas interfaces com o Direito. A justicialidade das políticas públicas. Políticas públicas enquanto objeto do estudo do Direito. As responsabilidades compartilhadas ente setor público a sociedade, na propositura, execução e controle de políticas públicas. O protagonismo da sociedade no acompanhamento e avaliação de resultados de políticas públicas: desafios e perspectivas. Políticas públicas e orçamento.

EFICÁCIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DO TRABALHO, SOCIAIS E EMPRESARIAIS

- Refletir sobre: Implementação dos direitos fundamentais nas relações sociais, do trabalho e empresariais. Efetividade e Colisão de direitos fundamentais nas relações sociais, empresariais e do trabalho. Novos direitos fundamentais sociais, do trabalho e empresariais. Constitucionalização e judicialização das relações sociais. O aparente paradoxo: a constitucionalização do direito empresarial. As etapas do constitucionalismo e a evolução contemporânea do direito civil/empresarial – constitucional. Normas e princípios constitucionais, relacionados ao direito empresarial constitucional. O papel do negócio jurídico na atualidade: uma visão de futuro – a influência da Constituição Federal no direito empresarial. Direitos humanos do trabalhador. Direito internacional dos direitos humanos do trabalhador e o direito brasileiro. O sistema internacional de proteção aos direitos humanos do trabalhador. Normas internacionais de proteção aos direitos humanos do trabalhador. Constitucionalismo Social. Constitucionalização do direito do trabalho.

FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS - Promover debates e reflexões acerca da teoria e aplicação dos métodos complementares de solução de conflitos, especialmente os que são orientados pela busca por soluções dialogadas e não-impositivas e o fortalecimento da cultura voltada a paz social, tais como a mediação, a conciliação e a justiça restaurativa. Para tanto, seu foco serão trabalhos que versem sobre a teoria de referidos métodos, a legislação brasileira sobre o assunto e suas aplicações práticas, em contextos judiciais e extrajudiciais, fomentando as discussões acerca do tratamento adequado dos conflitos, acesso à justiça e efetivação de direitos.

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO - Refletir sobre as questões de gênero e sexualidade, eis que centrais nas ciências sociais, sociais aplicadas e humanas. Embora ainda recentes no campo do direito, estes estudos apresentam elementos, métodos e abordagens capazes de transpor os desafios da epistemologia tradicional problematizando desde os marcos legais e jurisprudenciais, passando pela crítica e revisão do conhecimento sobre o direito com ênfase em gênero e sexualidade. Neste sentido, este GT pretende investigar: as temáticas sobre gêneros, sexualidades e direito em diálogo com raça, classe e etnia; teorias e epistemologias feministas; identidades de gênero, teorias pósidentitárias e decoloniais; diferenças,

diversidades e teorias de justiça; gêneros, sexualidades e relações de trabalho; violências e criminalização; movimentos sociais feministas e LGBT; representações e discursos; transexualidades, saúde e direito; gêneros, sexualidades e direito de família; corpo, nome e direitos da personalidade.

HERMENÊUTICA JURÍDICA - Refletir sobre o caráter hermenêutico dos saberes jurídicos, em especial explorando os temas: Direito e hermenêutica. História da Hermenêutica. Hermenêutica filosófica, hermenêutica jurídica e hermenêutica constitucional. Interpretação e aplicação do Direito. Parâmetros atuais do debate hermenêutico. Tendências hermenêuticas e jurisprudência dos tribunais.

PROCESSO CIVIL - Conceito e histórico do Processo Civil. Processo Civil e contemporaneidade. Institutos fundamentais do Processo Civil. Processo Civil, Constituição e Direitos Fundamentais. Interpretação e aplicação do Direito Processual Civil. Aspectos teóricos e práticos do sistema processual civil brasileiro contemporâneo. Legislação processual civil brasileira: Código de Processo Civil e demais legislação extravagante. Instrumentos, ferramentas, formas, meios e métodos do Direito Processual Civil. Microsistemas de julgamento de casos repetitivos e de precedentes vinculantes. Efetividade do sistema processual civil brasileiro.

PROCESSO, JURISDIÇÃO E EFETIVIDADE DA JUSTIÇA - Refletir sobre: Instrumentos e ferramentas processuais, bem como a função processual, com vistas à efetividade da justiça. Normas fundamentais do processo. Jurisdição no Estado Democrático de Direito. Aspectos teóricos e práticos advindos do sistema implantado a partir do novo Código de Processo Civil. Microsistema de julgamento de casos repetitivos. Microsistema de precedentes vinculantes.

SOCIEDADE, CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Refletir sobre o Direito Achado na Rua, Pluralismo Jurídico e Direitos Humanos; Acesso à Justiça, Etnografia e Bioética; e Criminologia e Estudos sobre a Violência. A relação entre o Direito e a Sociedade, contemplando uma pluralidade de enfoques e objetos de pesquisa. Estudos de criminologia e segurança pública. Refletir sobre estudos voltados para às reivindicações dos movimentos sociais e (re)conhecimento de novas práticas políticas e direitos, ou ainda nos estudos centrados na análise de processos institucionais de administração de conflitos e no acesso à justiça.

SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CULTURAS JURÍDICAS – Refletir e constituir um espaço de discussão voltado a observação e a reflexão sobre as representações sociais dos institutos jurídicos inseridas nas diversas culturas jurídicas e seus possíveis contrastes, dando-se ênfase a perspectiva que produz um olhar para o direito como um fato social. Do ponto de vista metodológico, serão privilegiados tanto os trabalhos de pesquisa que tenham como base de dados a observação empírica, produto de trabalho de pesquisa de campo, qualitativo ou quantitativo, assim como aqueles que explorem as representações sociais de institutos jurídicos estrangeiros em sistemas jurídicos diversos. Haverá ainda, espaço para aqueles que pretendam fazer uma reflexão teórica sobre a construção social do direito. Tal proposta se justifica tendo em vista a exigência de pesquisa empírica no campo do direito brasileiro para que esta se enquadre às características exigidas pelos padrões acadêmicos atuais.

TEORIA CONSTITUCIONAL - Investigar as diferentes matrizes de pensamento constitucional, e em especial refletir sobre os seguintes temas: Teoria da Constituição: conceitos, funções, história, tipos e evolução das Constituições. Teoria do Poder Constituinte. Princípios e normas constitucionais. Teoria dos Princípios. Filtragem Constitucional. Hermenêutica Constitucional. Mutação Constitucional.

TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS POLÍTICOS E FILOSOFIA DO ESTADO - Compreender o Estado em suas múltiplas dimensões, e em especial refletir sobre os

seguintes temas: Estado e Sociedade. Estado: origem, evolução, concepções, finalidade. História da ideia de Estado. Matrizes fundantes do pensamento jurídicopolítico. Política e Estado. Formas Políticas. Formas de Estado e de Governo. Regimes e Sistemas Políticos e eleitorais. Elementos do Estado. Estrutura e organização do Estado. Soberania. Transformação do Estado. Desafios do Estado frente à globalização. Neoliberalismo e Reforma do Estado brasileiro. O futuro do Estado. Debater a relação entre Direito e democracia. Tradição liberal e tradição democrática. Teorias empíricas da democracia. A política como procedimento. A política como mercado. O problema da ação política coletiva. Pluralismo político. Democratização. Regime político democrático. Democracia substancial e democracia formal. Democracia e fins do Estado. Reforma política. Democracia e cidadania. Democracia e participação política. Participação política e cultura cívica. Novos formatos de participação política.

TEORIAS DA JUSTIÇA, DA DECISÃO E DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA - Compreender e confrontar as diferentes concepções acerca do justo, e em especial refletir sobre os temas: Concepções de justiça. Matrizes fundantes da ideia de justiça. Justiça e direito. A Justiça e sua relação com a busca da verdade. Justiça universal e justiça particular. Justiça substantiva e justiça procedimental. Justiça distributiva. Teorias modernas da justiça. Utilitarismo clássico e contemporâneo. Liberalismo, igualitarismo e libertarianismo. Comunitarismo, particularismo, perfeccionismo, republicanismo e multiculturalismo. Democracia deliberativa e justiça social como reconhecimento. Razão jurídica. Semiótica. Retórica. Lógica. Argumentação e Argumentação jurídica.

TEORIAS DO DIREITO, DA DECISÃO E REALISMO JURÍDICO - Refletir sobre: Direito e Ciência Jurídica. Teoria da Norma Jurídica. Teoria da Norma e Teoria da Decisão. Teoria do Ordenamento Jurídico. Direito e Linguagem. Positivismo(s) jurídico(s). Realismo(s) Jurídico(s), modelos norte-americano, escandinavo. O paradigma da cientificidade. Falseabilidade. Pragmatismo filosófico e jurídico. Relações entre Direito, Estado e Sociedade: os modelos formalista, sistêmico-operacional e realista. O pensamento sistemático aberto a valores: a relevância dos princípios e sua constitucionalização. O direito como sistema de regras e princípios. A relação entre direito e moral. Discurso jurídico. Judicialização. Ativismo judicial. Decisionismo. Idealismo jurídico. Neoconstitucionalismo. Teoria da norma x teoria da decisão. Pragmatismo. Discurso jurídico. Decisionismo. Idealismo jurídico.

TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA E REGULAÇÃO - Refletir sobre as abordagens interdisciplinares com enfoque em análise jurídica da política econômica, teorias da regulação, competição, tributação e instituições de direito público e privado para conformação da reforma política; Direito, Regulação e Transformações na Ordem Econômica; Regulação Social e Políticas Públicas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação; Transformações no Direito Privado, Empresa, Mercado e Concorrência; saúde, meio